

Desigualdade digital e desastres de segunda natureza: mídias sociais na recuperação do tufão Haiyan

Mirca Madianou

Doutora pela London School of Economics, é Professora em Mídia e Comunicação em Goldsmiths, Universidade de Londres. A autora revela o recebimento dos seguintes auxílios financeiros para a pesquisa, autoria, e/ou publicação deste artigo: a pesquisa foi financiada pelo Conselho de Pesquisa Econômica e Social, número de concessão: ES/M001288/1.

Resumo

Este artigo investiga a intersecção entre desigualdade social e digital no contexto da recuperação de desastres. Ao fazê-lo, o texto responde ao otimismo presente nas reivindicações recentes sobre “tecnologias humanitárias”, referindo-se às capacitações e aplicações de tecnologias interativas por pessoas atingidas por desastres. Baseado em uma etnografia de longo prazo com comunidades afetadas em recuperação do tufão Haiyan – que atingiu as Filipinas em 2013, desencadeando uma massiva resposta humanitária –, o artigo oferece uma avaliação fundamentada do papel das mídias sociais na recuperação de desastres. Em particular, o texto enfoca se quaisquer consequências positivas associadas aos usos das mídias digitais são igualmente disseminadas entre os participantes mais favorecidos e aqueles socialmente marginalizados. A análise revela acentuadas desigualdades digitais as quais se reportam às desigualdades sociais existentes. Enquanto alguns de nossos participantes já bem-sucedidos têm um rico acesso à paisagem midiática que os permite navegar colhendo frequentemente benefícios significativos, participantes de baixa renda são atados a uma recuperação retardada com reduzidas oportunidades em mídias sociais. O fato de que alguns participantes utilizem as mídias sociais para se recuperar em passos rápidos enquanto outros definham representa um aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a desigualdade digital pode amplificar as desigualdades sociais conduzindo a um potencial “desastre de segunda natureza”. Isto se refere a desastres humanamente perpetuados que podem mesmo ultrapassar os efeitos das devastações naturais.

Palavras-chave: mídias sociais e desastres; comunicação de crises; humanismo; desigualdade digital; desigualdade social; telefones móveis; sites de redes sociais; ambientes midiáticos; *polymedia*; etnografia.

Abstract

This article investigates the intersection of digital and social inequality in the context of disaster recovery. In doing so, the article responds to the optimism present in recent claims about “humanitarian technology” which refers to the empowering uses and applications of interactive technologies by disaster-affected people. Drawing on a long-term ethnography with affected communities recovering from Typhoon Haiyan that hit the Philippines in 2013 triggering a massive humanitarian response, the article offers a grounded assessment of the role of social media in disaster recovery. In particular, the article focuses on whether any positive consequences associated with digital media use are equally spread among better off and socially marginalized participants. The analysis reveals sharp digital inequalities which map onto existing social inequalities. While some of our already better-off participants have access to a rich media landscape which they are able to navigate often reaping significant benefits, low-income participants are trapped in a delayed recovery with diminished social media opportunities. The fact that some participants are using social media to recover at a rapid pace while others are languishing behind represents a deepening of social inequalities. In this sense, digital inequality can amplify social inequalities leading to a potential “second-order disaster.” This refers to humanly perpetuated disasters that can even surpass the effects of the natural disaster.

Keywords: social media and disasters; crisis communication; humanitarianism; digital inequality; social inequality; mobile phones; social networking sites; media environments; *polymedia*; ethnography.

Versão do artigo_ “Digital Inequality and Second-Order Disasters: Social Media in the Typhoon Haiyan Recovery”, publicado pela Social Media + Society, p.1-11, 2015. Tradução de Thales Vilela Lelo

Desastres são quase sempre uma narrativa da desigualdade social. Muito embora se pense que eles atingem em um mesmo plano indiscriminadamente, desastres naturais têm efeitos altamente estratificados que afetam mais adversamente aqueles que já estão em desvantagem. Pessoas de baixa renda estão mais propensas a viver em moradias inseguras e são, portanto, vulneráveis a sofrer baixas, danos materiais e deslocamentos. O furacão Katrina é o caso típico nesse âmbito (Klein, 2007), mas a reflexão é amplamente sustentada (Klinenberg, 2002). Crucialmente, os efeitos assimétricos são sentidos não somente no transcorrer do evento atual de desastre, mas se perpetuam e acentuam no período de recuperação. Estudos recentes evidenciaram que as consequências de devastações podem produzir até mais efeitos deletérios nas populações afetadas do que a calamidade original (Adams, 2013; Sheller, 2013). A recuperação pode se retardar devido à corrupção, à especulação, ou à governança inadequada, conduzindo a um desastre de segunda natureza (Adams, 2013), um desastre humanamente perpetuado que prejudica ainda mais as populações desfavorecidas em condições de vida precárias.

Nesse artigo, indago se as novas tecnologias de comunicação podem atenuar as consequências dos desastres e a recuperação das populações afetadas. Presto especial atenção às questões de desigualdade social e como elas se interseccionam com a desigualdade digital. As novas tecnologias de comunicação são capazes de aliviar os efeitos de “desastres de segunda natureza” e, em caso afirmativo, a quem beneficiam? As consequências positivas estão igualmente disseminadas entre os participantes mais favorecidos e aqueles socialmente marginalizados?

As novas tecnologias de comunicação têm sido acolhidas com muito otimismo no campo da pesquisa em desastres. Reivindica-se até mesmo que inovações tecnológicas como as mídias sociais estão transformando o auxílio humanitário ao permitir uma “ação humanitária centrada nas pessoas” que capacita as comunidades atingidas por desastres a coordenar e reagir aos seus próprios problemas (*World Disasters Report* [WDR], 2013). Esse otimismo deu origem ao termo “tecnologia humanitária”,

cunhado em referência aos usos e aplicações da tecnologia pelas comunidades afetadas por desastres no decurso da recuperação (WDR, 2013). Contudo, a despeito do entusiasmo relacionado ao papel das tecnologias digitais como ferramentas para a recuperação do desastre, mais evidências são necessárias para avaliar seu impacto. Pesquisas paralelas no campo dos estudos em Internet sugerem que, apesar do otimismo inicial sobre a rede como um “grande potencial equalizador” (Compaine, 2001), os efeitos da apropriação tecnológica são, na melhor das hipóteses, complexos, enquanto evidências muito recentes apontam para o potencial amplificador das desigualdades sociais (Hargittai, 2008; Hargittai; Hinnant, 2008; Schradie, 2013).

O artigo se baseia em pesquisa etnográfica na recuperação do tufão Haiyan (localmente conhecido como Yolanda), que atingiu as ilhas do arquipélago das Filipinas em 8 de novembro de 2008. Haiyan continua sendo a maior tempestade já registrada, com mais de 6.300 vítimas e mais de 12 milhões de pessoas afetadas (*National Economic and Development Authority [NEDA]*, 2013)¹. Entre abril de 2014 e janeiro de 2015, nossa equipe² realizou trabalho de campo em duas áreas afetadas pelo tufão, examinando o papel do ambiente comunicativo na recuperação de desastres. Em especial, investigamos os usos das mídias sociais e móveis tanto pelas pessoas diretamente atingidas quanto pelas organizações humanitárias envolvidas no processo de recuperação, muito embora o artigo se baseie, primariamente, em entrevistas e observação participante com as pessoas atingidas. Ao explorar as consequências estruturais da recuperação na vida cotidiana das pessoas atingidas, combino aqui níveis macro e micro de análise. O artigo observa acentuadas desigualdades digitais que se reportam às desigualdades sociais existentes. Enquanto alguns de nossos participantes já bem-sucedidos têm um rico acesso à paisagem midiática que os permite navegar frequentemente

¹ O número exato de vítimas é contestável e ainda não foi completamente verificado. A título de exemplo, a cifra de 6.300 não inclui pessoas desaparecidas ou aquelas que não foram identificadas, o que eleva o número de mortes não oficiais para mais de 10.000 (<http://newsinfo.inquirer.net/616060/yolanda-death-toll-still-vague-8-months-later>)

² Os membros da equipe são Liezel Longboan (Assistente de Pesquisa Pós-Doutoral) e Jonathan Ong, Nicole Curato e Jayeel Cornelio (co-investigadores). Reconheço com gratidão sua inestimável contribuição

colhendo benefícios significativos, participantes de baixa renda são atados a uma recuperação retardada com acesso e proficiência limitados para utilizar as tecnologias interativas. O fato de que alguns participantes utilizem as mídias sociais para se recuperar em passos rápidos enquanto outros definham representa um aprofundamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a desigualdade digital pode amplificar as desigualdades sociais conduzindo a um potencial “desastre de segunda natureza” – um desastre humanamente perpetuado que pode mesmo ultrapassar os efeitos de uma devastação natural (Adams, 2013). As seções seguintes trazem reunidas as três fontes bibliográficas que amparam o enquadramento analítico do estudo.

1. QUANDO É UM DESASTRE? EMERGÊNCIAS E POLÍTICAS DE RECUPERAÇÃO

Desastres são notoriamente sub-teorizados nas Ciências Sociais. A forte ênfase na pesquisa aplicada atua como uma “barreira à inovação teórica” (Tierney, 2007). Muitos escritos sobre desastres enfocam-se nos acontecimentos e em suas consequências imediatas, enquanto que o contexto histórico dos desastres e seu processo de recuperação de longa duração recebeu atenção significativamente inferior (contudo, veja Bankoff (2003) para um relato histórico das devastações como um meio de vida nas Filipinas). A temporalidade do desastre é extremamente significativa. Enquanto que a maior parte da pesquisa enfoca nos acontecimentos calamitosos, alego que o extenso e menos espetacular processo de reconstituição pode ser mais nocivo que o acontecimento original. O argumento foi concebido por Klein (2007) em sua teoria do capitalismo de desastres que aborda um “tratamento de choque” inicial para as economias na sequência de eventos como calamidades naturais. A terceirização da reconstrução do governo às empreiteiras privadas que transformam a recuperação em um esforço empresarial exacerba as desigualdades à custa dos mais necessitados. A “doutrina do choque” no trabalho de Klein ecoa o “estado de exceção” em Agamben (2005) e sua subsequente aplicação no campo do auxílio humanitário (Fassin; Vasquez, 2005). Fassin e Vasquez (2005) expuseram como as “emergências” ou circunstâncias

excepcionais vêm legitimando intervenções problemáticas e políticas que não teriam sido toleradas de outra forma.

Adams (2013) estende o argumento de Klein ao observar que Nova Orleans, após o furacão Katrina, sofreu um “desastre de segunda natureza” na medida em que as desastrosas consequências da recuperação ultrapassaram o impacto da tempestade em si. Em Nova Orleans, a recuperação do desastre conduzida pelo mercado se tornou um negócio lucrativo que exacerbou as desigualdades de raça, classe e gênero e impediu que as pessoas deslocadas pela devastação se recuperassem (Adams, 2013; Adams; von Hattum; English, 2009). Enquanto empreiteiras privadas transformaram a recuperação em oportunidade de lucro, a verdadeira reconstituição foi deixada para as organizações não governamentais (ONGs) e voluntárias e, como resultado, foi extremamente atrasada (Adams, 2013, p.5). Enquanto isso, participantes de classe média foram conduzidos a “se puxarem acima pelas alças de suas próprias botas”³ uma percepção frequentemente internalizada por eles (Adams et al., 2009, p.631). O Katrina forneceu um exemplar do capitalismo neoliberal entendido tanto como um “governo conduzido pelo mercado” (Somers, 2008), quanto como um extenso *ethos* de “autogoverno” que valoriza a autossuficiência e o empreendedorismo (Ong, 2006). Adiante, discutiremos como o tufão Haiyan representa um caso híbrido combinando alguns dos elementos acima, tal qual o afastamento do Estado que levou a uma recuperação atrasada. Em similaridade ao estudo de Adams (2013), a presente investigação documenta as consequências do reestabelecimento tardio com base nas experiências atuais de populações atingidas. Ao combinar os níveis micro e macro de análise, pretendo compreender as consequências estruturais da recuperação de desastres em longo prazo e o papel das mídias móveis e sociais nas Filipinas pós-Haiyan.

2. TECNOLOGIAS HUMANITÁRIAS? MÍDIAS SOCIAIS EM DESASTRES

A maioria dos trabalhos em mídias digitais e desastres se enfocaram em contextos Ocidentais (ex.

³ N.T: No original *bootstraps*, uma metáfora que se refere à capacidade de auto aprimoramento sem auxílio dos demais.

Hughes; Palen, 2009, Palen, 2008), assumindo assim a ubiquidade da conectividade com a Internet entre populações atingidas. A maioria dos estudos examinou as mídias sociais e especialmente o *Twitter* (Bruns; Burgess; Crawford; Shaw, 2012; Murthy, 2013), enquanto diversos trabalhos se enfocaram em como a *big data* pode ajudar a coordenar as respostas governamentais às crises. As pesquisas também examinaram as formas de participação dos usuários nas mídias sociais para compartilhamento ou busca de informações e para coordenação de ações (Hughes; Palen, 2009; Palen; Starbird; Vieweg; Hughes, 2010; Starbird et al., 2015), enquanto outros estudos também enfatizaram o fenômeno do voluntarismo digital – como a alteridade distante pode oferecer ajuda via plataformas interativas (Meier, 2015; Starbird; Palen, 2011). A esmagadora popularidade das abordagens em *big data* nas respostas a calamidades e no auxílio humanitário precisa ser ponderada em face da consciência das limitações ontológicas e epistemológicas das análises sociais (Crawford; Finn, 2014), bem como do fato de que elas somente correspondem a usuários ativos e não necessariamente àqueles que são mais atingidos (e cujas pegadas digitais podem ser muito diminutas para serem notadas). Basear os esforços de recuperação em *big data* pode extraviar os recursos dos mais necessitados para aqueles que são capazes de gerar mais “ruído”. Especialmente relevante a esse estudo é a questão da distribuição desigual da *big data* globalmente. Durante os três primeiros dias do Haiyan, 230.000 *tweets* relevantes foram coletados pelo micro mapeamento do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA, na sigla em inglês), em comparação aos quatro milhões no transcorrer do furacão Sandy nos Estados Unidos colhidos em um período de tempo similar (Meier, 2015, p.28). No caso do Haiyan, é seguro assumir que a maior parte desses *tweets* foi de estranhos “olhando o interior” dado que as infraestruturas de comunicação nas áreas atingidas foram completamente danificadas e permaneceram desligadas por mais de um mês após o acontecimento. Um dos poucos estudos que observaram as mídias sociais e os desastres no contexto do Sul global (as enchentes no Paquistão em 2010), descobriu que a maior parte dos *tweets* eram de pessoas não locais comentando sobre os acontecimentos (Murty;

Longwell, 2013, p.840), confirmando que os usuários das mídias sociais são assimetricamente distribuídos globalmente. Independente da necessidade de desenvolver pesquisas em contextos nos quais os desastres ocorrem mais frequentemente, trabalhos qualitativos adicionais são indispensáveis para oferecer um relato detalhado dos usos atuais da tecnologia por pessoas atingidas por desastres. Isso é imperativo dado o otimismo entorno do potencial das novas mídias para as emergências humanitárias.

O baixo custo e a natureza interativa das tecnologias digitais tais como o SMS e as mídias sociais são consideradas como uma “força motriz do novo humanitarismo dos dias de hoje” (WDR, 2013, p.154). As tecnologias interativas são requeridas para capacitar comunidades locais, facilitando a disseminação da informação e a resolução coletiva de problemas, e aprimorando o *accountability*⁴ das organizações humanitárias. O otimismo de que a inovação tecnológica possa catalisar uma mudança nas relações de poder por meio do humanitarismo sustenta a noção de “tecnologia humanitária” empregada pelas organizações desse ramo para se referir aos usos e aplicações da tecnologia por comunidades atingidas por desastres “para responder, recuperar-se e se reconstruir mais eficientemente” (WDR, 2013, p.13). Todavia, há pouca evidência de contextos não-ocidentais para amparar tais afirmações. Embora a literatura em mídias sociais e desastres seja crescente, o que parece particularmente ausente de alguns dos relatos em “tecnologias humanitárias” é a perspectiva das próprias pessoas atingidas, o que é surpreendente dada a ênfase na “ação centrada nas pessoas” nos relatos anteriores. São necessárias evidências claras para atestar se as tecnologias digitais podem realmente habilitar novas formas de resiliência e recuperação de grupos de risco – e se o poder é de fato redistribuído. O tom liberal da autossuficiência (Ong, 2006) é aqui atrelado a uma compreensão problemática da tecnologia como intrinsecamente progressiva e igualmente distribuída entre as populações. Como a próxima seção irá destacar, a apropriação tecnológica é quase sempre estratificada.

⁴ N.T: Optou-se por manter no original por considerar que as traduções mais literais do conceito, como “prestação de contas” ou “responsabilidade”, não abarcam sua especificidade semântica.

3. DESIGUALDADES DIGITAIS E SOCIAIS

A desigualdade digital refere-se tanto a como as disparidades sociais existentes modelam a adoção e os usos das tecnologias de comunicação, bem como a quanto os diferentes usos dessas tecnologias podem influenciar a estratificação social (Hargittai; Hsieh, 2013, p.141). Ambas as definições se aplicam a presente pesquisa, mas este artigo focaliza principalmente a última dimensão para a qual há pouca evidência empírica conclusiva.

O debate sobre desigualdade digital evoluiu das primeiras conceituações da divisão digital enquanto categoria binária relacionada ao acesso, às competências e aos usos *online* diferenciados. O salto é mais saliente na medida em que a conectividade com a Internet se tornou cada vez mais difundida ao menos no contexto do mundo desenvolvido. DiMaggio *et al* (2004) propõem diferentes dimensões da desigualdade, incluindo meios técnicos (ex. a qualidade da conexão), autonomia do uso (ex. localização do acesso), e a habilidade para usar o meio efetivamente. A diferenciação nas competências *online* e a capacidade de se aproveitar das oportunidades do meio são denominadas como “o segundo nível da divisão digital” (Hargittai, 2002), e abarcam diferentes níveis de participação *online* e de atividades de elevação de capital (Hargittai; Hinnant, 2008). Diferentes habilidades *online* (em relação à análise, à avaliação e à criação de conteúdos) são também o cerne das recentes revisões no conceito de literacia midiática (Livingstone, 2004) que igualmente abarcam desigualdades de acesso (divisões de primeira ordem).

Pesquisas demonstraram que o *status* socioeconômico e a educação são sólidos profetas do tipo de atividade *online* que os usuários buscam. Um estudo norte-americano identificou que aqueles com altos níveis educacionais são mais propensos a buscar “atividades de aprimoramento de capital” – atividades que efetivamente elevam as condições de vida – bem como a procura por informação financeira ou política (Hargittai; Hinnant, 2008, p.606). Inversamente, usuários de baixa renda são mais propensos a exibir comportamento *online* de risco, tais como jogos de azar (Hargittai; Hinnant, 2008, p.607). A sólida rela-

ção entre *status* socioeconômico, educação e competências *online* é confirmada por outros estudos qualitativos (ver Hargittai; Welejkó, 2008; Schradie, 2013), enquanto investigações também destacaram desigualdades de gênero (Helsper, 2010; Schradie, 2011) por meio das quais as mulheres são menos propensas a compartilhar criações na *web* (Hargittai; Welejkó, 2008).

Embora exista uma abundância de indícios sustentando como a estratificação social conforma a desigualdade digital (incluindo acesso diferenciado e usos e habilidades *online*), há provas menos conclusivas sobre se as desigualdades digitais reproduzem as desigualdades sociais. Pesquisas sugerem que a literacia digital tem implicações para a educação (Buckingham, 2007), e para as oportunidades de emprego (Fountain, 2005), enquanto outros estudos sustentaram uma relação positiva entre as atividades *online* e a conectividade social (Rainie; Wellman, 2012). Também foram estabelecidas ligações entre a busca por notícias *online* e o engajamento em conversações políticas e participação civil (Shah; Cho; Eveland; Kwak, 2005), ecoando argumentos anteriores sobre os meios de comunicação e o ciclo virtuoso de reforço positivo (Norris, 2000). Um estudo qualitativo sobre famílias transnacionais sugeriu que o acesso e as competências diferenciadas podem engendrar a “divisão de cuidados” com as migrantes conectadas à Internet estando mais aptas a cuidar à distância de seus filhos deixados para trás (Madianou, 2014). Aquele estudo enfatizou a gama de plataformas disponíveis às migrantes e sua habilidade para navegar pelos ambientes midiáticos, conceituados como “*polymedia*”⁵. Usuárias aptas a explorar os *affordances* de distintas plataformas foram capazes de relatar uma experiência mais diversificada de maternidade à distância se comparadas àquelas com acesso a uma variedade limitada de meios (Madianou, 2012; 2014).

As descobertas supracitadas sugerem que as disparidades nas práticas *online* das pessoas podem potencialmente conjugar desigualdades sociais ao contrário de aliviá-las. Se alguns usuários (tipicamente aqueles que já dispõem de posições privilegia-

⁵ N.T: Por se tratar de um conceito cunhado pela autora, a grafia da palavra foi mantida no original.

das) são mais qualificados que outros e têm acesso a uma gama de plataformas, eles podem tirar vantagem das numerosas oportunidades da *web*. Em contraste, usuários que são bem menos equipados para navegar na *web* (frequentemente aqueles que já são mais desfavorecidos socialmente) são menos propensos a se beneficiar de quaisquer oportunidades. Como resultado, as desigualdades *online* podem exacerbar ainda mais as desigualdades sociais ao invés de criarem condições de concorrência equitativas (ver Hargittai; Hsieh, 2013). Investigações mais longitudinais são necessárias para evidenciar as implicações das práticas *online* nas desigualdades sociais. Além disso, mais pesquisas qualitativas são necessárias para compreender as profundas consequências da desigualdade e complementar as descobertas das pesquisas quantitativas que dominam este campo. Dado que as injúrias da desigualdade social são geralmente mais “ocultas” (Sennett; Cobb, 1972), uma abordagem etnográfica é pertinente para trazer à luz as implicações da desigualdade digital. Este artigo pretende fazer isto se enfocando na até agora pouco estudada intersecção entre a desigualdade digital e a recuperação de desastres.

A maior parte das pesquisas sobre desigualdade digital abordou os contextos Ocidentais, ou do “Norte Global”. Quando as investigações abordam cenários do mundo em desenvolvimento, elas tipicamente enfocam-se em questões de acesso (usualmente a “divisão global” entre o Norte Global e o Sul Global; ver Norris (2001), entre outros) com atenção menos expressiva às práticas e literacias distintas. Enquanto que a ênfase no primeiro nível de divisões é compreensível dada às baixas taxas de acesso à Internet em algumas partes do globo, especialmente em países da África (*International Telecommunication Union [ITU]*, 2010), a imagem do mundo em desenvolvimento é bem complexa com vários países pioneiros em inovações e plataformas. Um destes exemplos são as Filipinas, apelidadas de “capital das redes sociais e das mensagens de texto do mundo” (Pertierra, 2010; Russel, 2011). Países como as Filipinas e o Quênia têm sido pioneiros em aplicações financeiras móveis, tal como evidenciado pela popularidade da plataforma *M-Pesa*, a qual lida com quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Quênia (*The Economist*,

2012). Ilustrações nacionais, contudo, escondem diferenças regionais. Nas Filipinas, o uso de *Internet* é ainda um fenômeno predominantemente urbano de classe média (Madianou; Miller, 2012), tornando as divisões em acesso ainda mais relevantes. Como sempre, é claro, o crescimento nas estatísticas de usuários não significa que todos utilizem e se beneficiem do meio de formas similares. Irei aqui explorar tanto as primeiras quanto as segundas divisões digitais como parte de um esforço para apreender não somente como a estratificação social existente conforma o acesso e as competências *online*, bem como evidenciar se as desigualdades digitais elevam as desigualdades sociais existentes, afetando assim os resultados da recuperação pós-desastres nas Filipinas.

4. O CONTEXTO EMPÍRICO

O artigo se baseia em uma etnografia multi-situada em duas localidades: Tacloban, em Leyte; e Sabay, em Cebu⁶, onde conduzimos uma observação participante e entrevistas com 101 pessoas (várias das quais foram entrevistadas mais de uma vez), entre abril de 2014 e janeiro de 2015. A pesquisa também incluiu entrevistas com 38 especialistas (representantes de organizações humanitárias, outros grupos da sociedade civil, agências governamentais, bem como companhias telefônicas e outros desenvolvedores de plataformas digitais) os quais informam este artigo contextualmente. Nossa amostra qualitativa visava ser tão diversa quanto possível, embora mantendo um equilíbrio de gênero e classe social (55 mulheres e 46 homens; 63 de renda muito baixa ou baixa e 38 de classe média). As duas localidades de campo foram selecionadas por uma série de razões. Tacloban, um centro urbano e capital administrativa regional, sofreu o maior número de vítimas, pois foi o lugar onde o tufão atingiu primeiro a terra. Ondas de tempestade submergiram a maior parte da cidade, com bairros inteiros completamente devastados.

⁶ Sabay é um pseudônimo adotado para proteger o anonimato de nossos participantes, dadas às proporções da ilha. Todas as informações geográficas e outros nomes próprios foram alterados com exceção de Tacloban, que é uma cidade altamente urbanizada (população de 220.000 habitantes) e imediatamente reconhecida como a área mais afetada pelas ondas de tempestade. Embora tenhamos mantido as referências a Tacloban, alteramos os nomes de todos os bairros e municípios aonde conduzimos nosso trabalho de campo.

Sabay, uma comunidade remota em ilha ao largo da costa norte de Cebu, sofreu danos materiais significantes, mas poucas vítimas, uma vez que não foi afetada pelas tempestades. O artigo se baseia em dados de ambas as localidades de campo, mas o objetivo aqui não é desenvolver uma ampla comparação.

A etnografia é ideal para investigar a fundo a perspectiva e a experiência das populações atingidas, as quais são frequentemente esquecidas da literatura em desastres. A etnografia é particularmente pertinente para lidar com populações potencialmente vulneráveis, tais como as afetadas por desastres (Adams, 2013). A observação participante nos permitiu desenvolver um relacionamento de longo prazo, a confiança, e a empatia no decurso de dez meses. Durante nosso trabalho de campo, passamos tempo com nossos participantes-chave e com suas extensas famílias. Compartilhamos refeições, cantamos karaokê nas festas da vizinhança, e assistimos os cultos na igreja, consultas comunitárias, e manifestações de protesto. Complementamos a observação participante tradicional com etnografia *online* a fim de obter uma visão geral completa das práticas de mídia efetivas de nossos participantes⁷. A natureza de longo prazo da etnografia nos permitiu desenvolver uma compreensão próxima da política de recuperação de desastres. Precisamos de mais “investigações duradouras” para apreender emergências. Como fomos capazes de acompanhar as evoluções graduais por um período superior a dez meses, nossa pesquisa não ofereceu somente um instantâneo das consequências do Haiyan, mas um relato continuado das experiências e das lutas dos participantes no curso de um ano. Esse *insight* de longa duração é vital para compreender a intersecção entre recuperação e desigualdade.

5. RECUPERANDO DO HAIYAN: UM DESASTRE DE SEGUNDA NATUREZA?

A primeira impressão de Tacloban um ano após o Haiyan é a de uma cidade agitada. A maior parte

7_ A razão para não incluirmos o *Twitter* ou outras análises de mídia social foi em função da ausência de *Tweets* locais sobre a recuperação, combinada pelo fato de que a Internet permaneceu fora do ar por mais de um mês após o desastre. Nenhum de nossos 101 participantes usaram o *Twitter*, uma tendência validada por nossa etnografia extensa.

das lojas e hotéis está de volta aos negócios e as ruas da área central livres de detritos e congestionadas pelo tráfego. Escolas reabriram, bem como o centro comercial principal nos distritos da cidade – que também funciona como um espaço social (como é típico na maioria das cidades filipinas) enquanto que um novo centro comercial na região central está em construção. Diversos projetos de reconstrução e eventos foram planejados no período preparatório para o aniversário de um ano do tufão e da visita do Papa em janeiro de 2015. Há também sinais de gentrificação, como um novo hotel moderno, bares populares e restaurantes, os quais atendem especialmente trabalhadores estrangeiros. No entanto, não demora muito para ver as feridas infligidas pelo tufão. As evidências não se restringem à lama preta – resíduo do tsunami de ondas de tempestade – que ainda cobre a maior parte dos edifícios, ou a onipresente poeira dos locais de construção, ou ainda as longas filas em lojas (que ainda sugerem um estado de emergência). Em apenas um curto passeio de triciclo pelo centro da cidade, encontram-se um mar de tendas naquilo que costumava ser um dos mais densamente povoados *barangays*⁸ da costa. Como em diversas outras partes da cidade e da área metropolitana mais ampla, no *barangay* de *Lido* milhares de pessoas vivem sem eletricidade, água corrente ou saneamento, naquilo que é oficialmente descrita como uma área de risco em razão de sua proximidade ao mar.

Um ano após o Haiyan, as famílias que foram mais afetadas pelo desastre continuavam vivendo em habitações temporárias inseguras (ex.: tendas ou cabanas), muitas das quais são erguidas nos *barangays* atingidos, no interior da chamada zona não-construída – que se encontra a 40 metros do mar. Das nossas primeiras visitas às vizinhanças mais afetadas em abril de 2014 até novembro do mesmo ano, testemunhamos pequenas mudanças nas condições de moradia de muitos dos nossos participantes de baixa renda, confirmando demora na recuperação. Para alguns deles, a única alteração evidente é que o material da barraca ficou gasto pelo uso e exposição ao mau tempo, sobretudo as tempestades após o início da estação chuvosa (Junho – Outubro). Em

8_ *Barangay* são as menores unidades políticas e administrativas das Filipinas.

novembro de 2014, nosso principal *barangay* de trabalho de campo em Buwan, na costa de Tacloban, foi claramente deixado para trás em comparação as outras partes da cidade, especialmente aquelas ao longo da rota designada para a visita do Papa, as quais receberam intervenção cosmética planejada. Em Buwan, os detritos e os navios de carga que haviam sido arrastados à costa – os quais ficaram encalhados entre as habitações improvisadas –, permaneceram como fortes lembranças do desastre. Um ano após, os navios ainda estavam para ser desmontados. As moradias temporárias de Buwan pareciam desgastadas e, sem surpresas, algumas não sobreviveram à força do tufão Hagupit em dezembro de 2014. Buwan “fora esquecida”, de acordo com os moradores. Não é surpreendente que alguns de nossos participantes guardavam esperanças de que os navios de carga encalhados no bairro não fossem retirados. Esses navios, que se tornaram ilustrações icônicas do Haiyan, permaneceram como um destino para o turismo de desastres que ao menos trouxe visitantes ao *barangay* – entusiasmados para tirar fotos e comprar refrescos das lojas *sari-sari*⁹. Mais importante, o turismo de desastre e os símbolos da calamidade validavam as gradações de desespero sentidas por muitos moradores. Ao menos o detrito representava a razão pela qual as agências humanitárias continuariam a visitar e ajudar o *barangay*. Em outros bairros, as famílias transferidas das “zonas não-construídas” foram alojadas em barracas ou outras acomodações temporárias descritas como de curto prazo¹⁰. Não é surpresa que, durante o período de Abril a Outubro de 2014, o abrigo foi a questão mais premente para as populações atingidas, e isso se tornou explícito em todos as reuniões de consulta comunitária que viemos a participar.

A outra necessidade crítica durante nosso trabalho de campo foi a de subsistência. O desemprego é abundante, sobretudo em Tacloban, onde milhares de pessoas perderam suas ocupações quando as empresas em que trabalhavam foram completamente destruídas. Tanto em Tabloban quanto em Sabay

9_ N.T: Lojas de conveniência típicas das Filipinas.

10_ As políticas de realocação (ex.: deslocar as populações de pescadores para zonas rurais desprovidas de litoral ou com pouca ou nenhuma infraestrutura de emprego) é um tópico extenso que excede o escopo do presente artigo.

(onde a pesca é fundamental para a economia), pescadores perderam seus barcos enquanto as colheitas foram devastadas. Embora a economia local esteja crescendo gradualmente com lojas e outras empresas reabrindo, 11 de nossos participantes que perderam seus empregos após o tufão permaneceram desempregados por ao menos oito meses após o desastre. Quase todos os participantes foram afetados pelo desemprego ou tiveram membros da família que perderam seus cargos ou suas principais fontes de renda após o tufão.

Os motivos para a lenta e desigual recuperação estão relacionados a uma série de fatores, incluindo políticos e econômicos. A recuperação é muito politizada, envolvendo conflitos de poder entre governos nacionais e locais. Um total de 36 departamentos de governo estão envolvidos no processo de recuperação, enquanto que a unidade do governo foi formada no intuito de coordenar os distintos departamentos e as partes interessadas no processo de reconstituição. O Escritório de Assistência Presidencial para Reabilitação e Recuperação (EAPRR) opera sem um orçamento próprio, e além de coordenar as atividades e políticas do governo, sua missão envolve a articulação com o setor privado (e o seu envolvimento na recuperação pós-Haiyan). Dadas as complexidades da política de recuperação, não é surpreendente que até o dia 1 de agosto as áreas afetadas pelo Haiyan ainda permanecessem oficialmente declaradas em “estado de emergência”, com o governo instituindo o lançamento da reconstituição em agosto de 2014, nove meses após o tufão ter atingido a terra. O governo só publicou seu plano diretor de recuperação em 29 de outubro de 2014, um ano após o desastre. Um estado de emergência prolongado pode providenciar justificativas ao porquê das políticas não serem implementadas. Como discutido anteriormente, emergências enquanto estado de “exceção” são profundamente políticas.

Não é então surpreendente que boa parte do atual trabalho de reconstituição tenha sido deixado às agências humanitárias e outras organizações, tais quais as Organizações Internacionais Não-Governamentais (OINGs), agências da ONU, ou organizações religiosas, como foi também ates-

tado pelas partes interessadas locais que entrevistamos. A presença das agências humanitárias e da ONU é proeminente tanto em Tacloban quanto em Sabay. A maior parte das OINGs trabalham em conjunto com o Departamento de Trabalho Social e Desenvolvimento (DTSD) do governo filipino, embora algumas organizações, sobretudo as instituições de caridade religiosas, operem autonomamente. Companhias privadas, incluindo as maiores organizações de telecomunicação e mídia, estão também presentes na recuperação via EAPRR, confirmando o aparecimento do “capitalismo filantropo” (Adams, 2013). A questão é se estas agências internacionais e companhias privadas, a despeito de seus esforços dedicados, podem lidar com a reconstituição de um acontecimento dessa magnitude. O Haiyan representa um caso híbrido, combinando elementos da ideologia das “emergências” e do “capitalismo de desastres” (o abandono do Estado e o fato de que a recuperação real é alavancada pelas ONGs), totalmente mesclados pela cultura política local do clientelismo (Rafael, 1990).

74 Pode ser um pouco cedo demais¹¹ para concluir com segurança que a recuperação do Haiyan representa um desastre de segunda natureza. Uma avaliação contínua da situação é necessária por ao menos dois anos após o acontecimento, pois isso proporcionará uma escala de comparação com outros desastres, tais como o Furacão Katrina (ver Adams, 2013). Contudo, já há ampla evidência para assegurar que a recuperação dos mais atingidos é muito lenta e, em algumas áreas, descontinuada. Os mais afetados pelo tufão continuam a viver em habitações inseguras e temporárias, perderam seus meios de subsistência ou estão desempregados, e continuam dependentes em larga medida de auxílio oferecido majoritariamente por seus familiares no exterior¹² ou por OINGs e organizações religiosas. Tais auxílios vêm esgotando, dado que a maioria das OINGs deixaram Tacloban e Sabay um ano após o tufão, e ainda está para se descobrir se e como essa lacuna será preenchida. Aqueles que sofreram as maiores perdas de vidas e de destruição material já eram os mais pobres. O fato de que

11_ No período da escrita, que é de 14 meses após o desastre.

12_ Parentes estrangeiros, parte do fluxo massivo de migração filipina, ofereceram muito apoio aos nossos participantes. Tipicamente, são os nossos interlocutores mais abonados os que dispõem de tais conexões.

o plano de recuperação foi somente anunciado um ano após o desastre criou uma situação precária que sugere que, a menos que a reconstituição prossiga, o Haiyan pode se tornar um desastre de segunda natureza. O restante do artigo explora se as novas tecnologias de comunicação podem oferecer oportunidades de melhoria das condições de vida e de aceleração da recuperação – ou se elas podem se mesclar aos efeitos da recuperação lenta, potencialmente confirmando um desastre de segunda natureza.

6. AMBIENTE MUDIÁTICO: ACESSO E COMPETÊNCIAS

Em nossas entrevistas, pedimos aos participantes que mapeassem os dispositivos, as mídias e plataformas aos quais tinham acesso, bem como para o quê eles as empregavam. Esse exercício de mapeamento revelou uma nítida segmentação de acesso, sugerindo que a divisão digital de primeira ordem persiste entre nossos participantes. Nossa análise os separou entre quatro categorias dependendo dos ambientes midiáticos aos quais tinham acesso:

- Pobres em mídia: sem telefonia móvel e acesso mínimo às mídias tradicionais; sem conexão de Internet (9 participantes);
- Possuidores mínimos: Recursos de telefonia móvel com algum acesso à mídia tradicional, mas sem autonomia de acesso à Internet (33 participantes);
- Possuidores moderados: Recursos de telefonia com alguma conectividade à web (mais tipicamente ao *Facebook*)¹³, além de alguns meios tradicionais e uso ocasional de cybercafés (22 participantes);
- Ricos em mídia: Smartphones e/ou uma gama de outros dispositivos habilitados para a Internet, além de meios tradicionais (37 participantes).

Essa classificação sugere que 42 de nossos 101 participantes (bem acima de um terço de nossa

13_ A principal companhia de telefonia móvel oferece pacotes dedicados ao Facebook pelo custo de 40PHP (0.8 USD), para dois dias de uso ilimitado.

amostra), não tem acesso à Internet, enquanto que outros 22 têm acesso irregular que é fortemente ou exclusivamente centrado no *Facebook*. Quase todos estes são de muito baixa ou baixa renda, enquanto que a maioria dos participantes sem acesso à Internet são mulheres (9). Inversamente, a esmagadora maioria dos participantes de classe média (25) tem acesso a um rico ambiente de tecnologias de comunicação e plataformas, com apenas três relatando nenhum acesso à Internet. A despeito das exceções (ex.: 10 usuários de baixa renda possuíam smartphones), nossas descobertas confirmam que o status socioeconômico é diretamente atrelado ao acesso à mídia. Nossos dados qualitativos coincidem com nossas observações etnográficas de mais de 10 meses nas localidades de campo, assim como com resultados de *survey*¹⁴ (Hartmann, Rhoades, & Santo, 2014), sugerindo que estes números são suscetíveis de retratar tendências mais amplas. Curiosamente, estes dados também refletem a situação anterior ao tufão, insinuando que aqueles que perderam seus dispositivos durante a tempestade eram capazes de substituir o que perderam na época em que os entrevistamos.

O acesso diferenciado está, por sua vez, diretamente atrelado às competências digitais dos participantes e às suas habilidades para produzir conteúdo. A questão das competências *online* se torna redundante para os participantes sem acesso à Internet. De 37 com acesso regular à Internet, somente 24 foram identificados como usuários avançados, ou seja, usuários que eram capazes de navegar com autonomia por várias plataformas, buscar informações e produzir conteúdo (ex. blogs, fotografia, postagens regulares e mídias sociais), sobretudo relacionado à recuperação. Usuários avançados podiam se envolver na resolução coletiva de problemas, arrecadação de fundos, protestos e produção de narrativas digitais¹⁵. A maior parte dos 24 usuários avançados era de classe média, com seis participantes de baixa renda. A maioria dos usuários também era homem, com apenas seis mulheres relatando produção avan-

14_ Um *survey* conduzido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Tacloban identificou que 83% da população tinha acesso ao menos a um celular com recursos, mas somente 14% acessavam a rede via dispositivos pessoais (smartphones ou computadores pessoais [PCs]) (Hartmann et al., 2014).

15_ N.T: No original, *digital storytelling*.

çada de conteúdo. Observamos, deste modo, divisões de segunda ordem específicas a classe e gênero, confirmando padrões oriundos de outros contextos empíricos.

Uma limitação da literatura em literacia digital é que ela não presta atenção suficiente aos usos de recursos de telefonia móvel, que continuam sendo os dispositivos mais populares globalmente (Banco Mundial, 2012). 33 de nossos participantes com acesso a recursos de telefonia (31 dos quais eram pobres ou muito pobres), frequentemente reportaram usos criativos de seus telefones, usualmente envolvendo mensagens de texto. O modo mais relevante em que os telefones móveis fizeram a diferença foi facilitando a sociabilidade e as relações de clientelismo que mantiveram uma série de nossos participantes, corroborando as descobertas com outras populações de baixa renda (Horst; Miller, 2006). As seções seguintes irão informar sobre os usos das mensagens de texto também no contexto da recuperação, em uma tentativa de corrigir o viés “Ocidentalizado” da literatura em literacia digital. Ainda reconhecemos a assimetria entre os participantes “ricos em mídia” (os quais têm acesso a uma gama de dispositivos e plataformas) e aqueles que são pobres em mídia ou possuidores de apenas um telefone com recursos sem capacidade de Internet. Ter acesso a uma série de dispositivos não garante uma literacia digital ou competências *online* avançadas, mas fornece ao participante o potencial para gerenciar e enriquecer suas redes sociais e usufruí-las em vantagens pessoais. A seção seguinte irá discutir as atividades de aumento de capital relatadas por alguns destes participantes “ricos em mídia”.

7. DESASTRE COMO OPORTUNIDADE

No clima da recuperação tardia, as novas tecnologias de comunicação e as mídias sociais oferecem oportunidades às populações atingidas? Em nossa pesquisa, observamos que vários de nossos participantes experimentaram o Haiyan como uma oportunidade para melhorar ou mudar suas vidas. Geralmente, estas eram oportunidades de negócios ou trabalho, enquanto que às vezes a mudança envolvia um sentido mais amplo de apreciação da própria

vida. Esse foi o exemplo de Alf, um gerente de hotel no centro de Tacloban, que sentiu que Yolanda o colocava em um caminho para a “autorrealização”. Analogamente, Joe, outro participante de classe média, relatou que, se antes de Yolanda ele era muito “egoísta”, após o tufão ele se “sentiu parte de algo maior” e, principalmente, utilizou as mídias sociais para organização comunitária e arrecadação de fundos. Rose, uma profissional que estava fortemente envolvida em política local, esteve ativa em arrecadação de fundos, mobilizando seus contatos em Manila para enviar auxílio que ela então distribuía.

Para outros participantes, a oportunidade foi claramente instrumental e de melhoria de status. Bong, um empresário de Tacloban, abriu seu restaurante e hotel após o tufão e usou as mídias sociais e redes pessoais para o *marketing* e para manter contato com agências humanitárias – que eram seus principais clientes. Gus foi outro empresário de Tacloban envolvido no setor hoteleiro que empregou as mídias sociais para expandir seu negócio e buscar novas oportunidades. Gus adquiriu visibilidade através de seu uso produtivo das mídias sociais, o que o proporcionou contratos para hospedar jornalistas estrangeiros e organizações humanitárias durante sua estadia em Tacloban. Mas ninguém exemplificou melhor o tema do “desastre como oportunidade” do que Ernie, um empresário de Sabay cuja beneficência adquiriu um novo propósito após o tufão. Ernie utilizou as redes sociais para *crowdsourcing*¹⁶, arrecadação de fundos e para estender seus próprios capitais pessoais, sociais e políticos na comunidade da ilha. Sua atividade online se intensificou consideravelmente após o tufão, o que refletiu em seu smartphone atualizado e sua fatura mensal, que se elevou de 2.000 para 10.000 pesos filipinos (42-214 US\$), uma quantia que excede em muito a maioria dos salários mensais locais.

Alice, uma estudante universitária de 22 anos proveniente de um contexto de classe média, se preparava para seus exames finais quando o Haiyan colidiu. Embora a casa de sua família tenha sido completamente devastada, ela foi capaz de passar em seus

exames com sucesso um mês após o Haiyan, o que é um atestado de seus dons intelectuais e determinação. Pouco depois de sua formatura, Alice conseguiu um emprego voluntário em uma das maiores OINGs estacionadas na cidade. Ela soube desta oportunidade através de um SMS “bombástico” que fora enviado por meio de um de seus amigos. Embora seu trabalho seja voluntário, ela recebe um subsídio mensal que é bem mais que o dobro do salário mínimo local. Alice desfrutou das interações com os trabalhadores humanitários e falou reflexivamente sobre essa experiência de autodesenvolvimento. Esta oportunidade de trabalho foi crucial para a família de Alice, já que seu subsídio era a única renda da família dado que seu pai havia perdido o emprego após Yolanda e permanecia desempregado no momento da escrita. Este exemplo também aponta para a precariedade da classe média nas Filipinas – na ausência de um Estado de Bem-Estar, o status de alguém pode facilmente deslizar de um conforto relativo para a pobreza após um efeito de mudança de vida (Parreñas, 2001).

Apesar das diferenças nos exemplos acima, quase todos os participantes que falaram do “desastre como oportunidade” vieram de contextos educados de classe média. Embora tenham experimentado algum prejuízo material (severo no caso de Alice) como resultado do tufão, a maioria foi capaz de reparar suas casas, e nenhum relatou vítimas na família. Uma semelhança impressionante nessas narrativas é que as mídias móveis e sociais têm sido fundamentais para aprimorar as condições de vida desses participantes. As mídias sociais permitiram a eles aproveitar as oportunidades de se reconstruir e de fazer progressos em suas vidas no processo de recuperação. As mídias sociais não operam no vácuo, mas a partir das redes sociais existentes. Os participantes eram capazes de manter e explorar seu capital social existente por meio dos ambientes midiáticos. Alice encontrou seu trabalho por meio de uma “mensagem de texto bombástica”, enquanto que Bong, Joe, Gus, Rose e Ernie aproveitaram suas redes sociais no intuito de obter suporte a seus trabalhos de caridade e interesses pessoais. Alguns dos exemplos supracitados sugerem que as mídias sociais podem ser mais que ferramentas para manutenção do capital social

existente – elas podem também ser constitutivas na criação de oportunidades de vida.

Outra observação importante concerne a gama de plataformas empregadas pelos participantes. A maioria dos acima listados exploraram os *affordances* de uma série de plataformas para aprimorar sua posição nas sequelas do Haiyan. Assim, por exemplo, quando um participante utiliza o *Facebook*, o *Youtube*, a blogosfera, a fotografia, vários aplicativos de conversação, bem como e-mails e mensagens de texto, eles estão mais propensos a produzir narrativas atraentes sobre suas ações de caridade ou seus negócios. Tais foram os casos de Joe e Ernie, que executaram campanhas de arrecadação de fundos bem-sucedidas, adotando uma gama de plataformas. Isto aponta para uma dimensão bastante negligenciada do acesso e das competências digitais: o acesso e a habilidade de navegar por uma gama de plataformas, ou então por um ambiente *polymedia*, para satisfazer às próprias necessidades. A teoria dos *polymedia* desloca nosso foco de plataformas discretas ou tecnologias para ambientes midiáticos e as maneiras que os usuários navegam por eles a fim de administrar suas necessidades (Madianou; Miller, 2013). Argumento que a abordagem em *polymedia* pode oferecer uma contribuição original à literatura em desigualdade digital. Nossa presente análise sugere que aqueles com acesso e competências para navegar por um ambiente *polymedia* têm uma chance maior de se beneficiar das oportunidades de crescimento na vida.

8. PERPETUANDO AS DESIGUALDADES

Ao voltar nossa atenção para nossos participantes mais pobres nos é exigido prestar atenção ao que está faltando. O contraste ao tema do “desastre como oportunidade” é nítido, como aqui observamos uma ausência de oportunidades de emprego e de modos significantes de redistribuição. Se os participantes de classe média eram capazes de fazer uso das tecnologias de comunicação e navegar por um ambiente *polymedia* no intuito de aprimorar suas vidas, em contraste, a esmagadora maioria dos participantes de baixa renda não relataram tais experiências. Temos exemplos de usos de telefones móveis ou da Internet para procurar emprego ou para solucionar proble-

mas coletivos. Nossa análise precedente sugeriu que a redução do acesso e das competências digitais podem ser fatores expressivos. Recordar-se que nove participantes nem sequer possuíam telefone celular, mais de um terço dos respondentes não tinham acesso à Internet, e a maioria dos usuários avançados eram de classe média. Mas o argumento, é claro, não é simplesmente tecnológico. As desigualdades digitais se mesclam às circunstâncias existentes. A título de exemplo, os *polymedia* possibilitam aos participantes em melhor condição explorarem e expandirem suas redes sociais já existentes. Mas a seção anterior também propôs que as mídias sociais podem se tornar oportunidades constitutivas, e para que isso ocorra, o acesso e as competências digitais são precondições.

Nosso trabalho de campo de dez meses nos permitiu observar a regeneração de partes do centro da cidade de Tacloban e como as vidas de alguns participantes em melhores condições foram transformadas para melhor (como documentado em seções prévias). Durante esse tempo, nós também observamos estagnação nos *barangays* mais pobres, onde as pessoas continuavam a viver em abrigos temporários aguardando por decisões a serem tomadas a respeito de sua realocação. A inação, é claro, rapidamente se transformou em deterioração, e esta foi certamente nossa sensação em nossa última visita a Buwan, onde as frágeis estruturas dos abrigos evidenciavam o desgaste de meses severos de uso juntamente com fenômenos climáticos intensos (que incluíam tufões recentes). Nossos participantes mais pobres continuavam desempregados e parcialmente dependentes das doações de agências, auxílio de parentes, ou arranjos de trabalho irregulares (como a instalação de barracas de churrasco na rua).

Reconheço, contudo, que os telefones móveis tiveram importância no contexto das práticas sociais e de acordos de trabalho informal. Dado que os celulares continuam sendo o dispositivo digital mais popular globalmente, práticas como o envio de SMS precisam ser apreendidas de modo significativo, informando as discussões de desigualdade digital que se enfocam exclusivamente no acesso e nas competências com a Internet. Isto é importante quando se examinam questões de acesso e habilidades digitais

16_N.T: Processo de obtenção de serviços, ideias e conteúdos via solicitação de colaborações coletivas (especialmente de comunidades online).

no contexto do mundo em desenvolvimento. Nosso trabalho de campo revelou uma ampla gama de usos da tecnologia para sociabilização, recreação, e reestabelecimento das rotinas após a irrupção do desastre. Refiro-me aqui ao papel das mensagens de texto na manutenção das relações de clientelismo, as quais nossos participantes dependiam, uma descoberta relatada em outros estudos (Horst; Miller, 2006). Os laços entre padrões e clientes estruturam as relações sociais nas Filipinas (Rafael, 1990) e são adicionalmente mantidos via mensagens de texto. Pedidos de ajuda por mensagem eram comuns entre nossos participantes, assim como mensagens de benção e homílias religiosas, estas últimas adquirindo uma função “fática”, como uma forma de reconhecimento das relações ou de saudação. Os destinatários dessas mensagens poderiam ser poderosos locais (“grandes” homens e mulheres – McKay, 2012) ou parentes em Manila ou no exterior. O Facebook foi usado de forma similar. O botão de “curtir” adquiriu uma função afetiva (basicamente reafirmando relações), enquanto que as mensagens privadas eram usadas para pedir dinheiro, entre outras coisas. Lembre-se que vários telefones com recursos possuíam as funcionalidades básicas do Facebook. A preservação da sociabilidade por meio da troca de mensagens ou das mídias sociais não é assunto trivial, mas um mecanismo de enfrentamento sério nas sociedades que não dispõem de um Estado de Bem-Estar. As práticas relatadas aqui alcançam um grau de redistribuição por meio de dinheiro transferido do exterior, mas também podem ser vistas como consolidadoras das dependências existentes entre os poderosos benfeitores e os pobres beneficiários.

Relações de dependência são também potencialmente engendradas por outros usos de mídias sociais que podem ser interpretados como de risco. Encontramos com participantes que eram envolvidos em golpes visando retirar dinheiro de estrangeiros. Uma tendência mais generalizada entre as participantes mulheres mais pobres com algum acesso à Internet era o namoro virtual a fim de encontrar homens estrangeiros e eventualmente conseguir um futuro melhor. Há incontáveis grupos de “namoro” filipinos no Facebook, que sozinhos representam uma poten-

cial rota de fuga da zona devastada e do próprio país¹⁷. Ao menos 11 de nossas participantes de baixa renda com celulares habilitados para o Facebook eram ativamente envolvidas em práticas de encontro, enquanto que nossa etnografia em cybercafés revelou que o namoro era uma das buscas mais populares. Embora esses sites e grupos de encontro preexistam ao Haiyan, eles se tornaram mais populares após o tufão, dada a alta taxa de desemprego e de depressão econômica entre a população de baixa renda em Tacloban. Esse fenômeno é demasiado complexo para ser completamente abordado aqui (ver Constable (2005) para um relato ponderado das “noivas por correspondência”), mas tais práticas, sem dúvidas, adicionam uma assimetria de poder transacional com recorte de gênero às desigualdades locais existentes.

Todas estas práticas tiveram lugar enquanto Tacloban e Sabay se recuperavam em ritmos distintos. Como notado anteriormente, o centro de Tacloban – e dos resorts turísticos de Sabay – estavam indo adiante enquanto que os *barangays* mais pobres eram deixados para trás. No entanto, a conclusão aqui não é nem de determinismo tecnológico ou de determinismo social. De fato, nós temos uma poderosa ilustração quando um grupo de mulheres de baixa-renda extrema gerencia o uso de mensagens de texto para melhorar suas condições de vida. Este grupo de mulheres apoiadas por uma agência de advocacia visou o governo local com uma campanha por SMS (uma “brigada de mensagens”) para que suas tendas pudessem ser reparadas. A campanha foi bem-sucedida enquanto que uma mulher, Dina, adquiriu confiança por meio dessa experiência e estava agora construindo sua própria casa. Sob as condições certas (no caso a presença de uma ONG local foi crucial), as competências digitais podem ser adquiridas e dispostas para um bom efeito.

9. CONCLUSÃO

Um ano após o desastre muitos de nossos participantes de baixa renda permaneciam em habitações temporárias e sem meios estáveis de obtenção

¹⁷ As Filipinas são uma das nações com mais migrantes espalhados pelo mundo, o que representa mais de 10% da população trabalhando no exterior.

de renda. As razões políticas e econômicas se combinavam para produzir um processo muito lento – quando não interrompido – de recuperação, e os efeitos eram sentidos acentuadamente nos *barangays* mais pobres, os quais viram poucas mudanças positivas no decurso de nosso trabalho de campo. Estes eram os bairros mais afetados pelo tufão. Inversamente, um grupo de participantes de classe média parecia não ser afetado pela lenta recuperação. Em contraste, eles se recuperavam bem, e em alguns casos fortaleciam sua posição ao aproveitarem o potencial das mídias sociais de aprimoramento de suas oportunidades de vida. O fato de que alguns participantes estão se recuperando em ritmo acelerado, enquanto que outros definham, representa um aprofundamento das desigualdades sociais. Aqueles que já são relativamente abonados dispõem de acesso a uma rica paisagem midiática a qual lhes permite navegar amiúde colhendo benefícios significativos. Por contraste, os participantes mais desfavorecidos dispõem de uma circunscrita paisagem midiática e são menos propensos a obter vantagens de quaisquer oportunidades em mídias sociais. Ao invés de democratizar as oportunidades ou criar “igualdade de condições”, a *web* exacerba as desigualdades sociais ao elevar as condições de vida dos mais abonados, enquanto que os participantes mais pobres são deixados para trás. O potencial das chamadas tecnologias humanitárias de auxiliar as comunidades atingidas por desastres a “responder por suas próprias questões” (WDR, 2013, p.13), só é tornada real para alguns participantes, mas certamente não para aqueles que eram mais adversamente atingidos pelo desastre.

Dado que mais de um terço de nossos participantes (predominante mulheres de baixa renda) não possuía acesso à Internet, ao passo que muitos não dispunham nem mesmo de seu próprio celular com recursos, observamos que a divisão digital de primeira ordem permanece relevante no contexto pós-desastre e é atrelada às competências digitais. Nossa análise examinou os usos dos telefones móveis com recursos, levando em conta que o SMS é crucial para populações sem acesso à Internet. As discussões sobre literacia digital em contextos não-ocidentais precisam levar em consi-

deração as mensagens de texto e outras práticas e perícias características aos celulares. Em geral, este artigo foi elucidado por uma ampla abordagem em ambientes midiáticos, que mapeia e averigua todas as oportunidades comunicativas disponíveis para nossos participantes ao invés de assumir a utilidade de uma dada plataforma. Nossa abordagem apontou para uma nova dimensão da desigualdade digital que se concentra na capacidade dos participantes de navegar por ambientes midiáticos. Aqueles capazes de combinar uma variedade de plataformas e navegar por ambientes *polymedia* encarnam o tema do “desastre como oportunidade” à medida em que exploram oportunidades de melhoria das condições de vida (que conduzem a um potencial ganho pessoal). De certo modo, estes participantes respondem à atmosfera do capitalismo de desastres ao abraçar o princípio neoliberal do empreendedorismo (Ong, 2006). Por contraste, os usos pessoais das mídias sociais e das mensagens de texto de nossos participantes mais pobres, quando presentes, não atingem qualquer redistribuição significativa. Embora constituam importantes mecanismos de enfrentamento do ambiente pós-desastre, em razão dessas práticas estarem estacionadas nas relações assimétricas já existentes nas Filipinas e globalmente, elas potencialmente fortificam as dependências a outros poderosos.

Concluimos que as desigualdades digitais amplificam as desigualdades sociais e compõem os efeitos de recuperação tardia. Esta é uma mescla tóxica propensa a produzir “desastres de segunda natureza” – desastres humanamente perpetuados que podem ultrapassar as devastações existentes. O tufão Haiyan não é ainda um desastre de segunda natureza – mas a recuperação lenta pode transformá-lo em um, a menos que as questões ligadas às políticas de recuperação e às desigualdades sociais sejam abordadas. Podemos também concluir que, sem a igualdade digital, as novas tecnologias de comunicação não podem ser “tecnologias humanitárias”. As consequências do desastre e da recuperação tardia não podem ser mitigadas quando a absorção tecnológica é tão estratificada, ampliando potencialmente as desigualdades existentes.

REFERÊNCIAS

ADAMS, V. **Markets of sorrow, labours of faith:** New Orleans in the wake of Katrina. Durham, NC: Duke University Press, 2013.

ADAMS, V.; VAN HATTUM, T; ENGLISH, D. D. Chronic disaster syndrome: Displacement, disaster capitalism, and the eviction of the poor in New Orleans. **American Ethnologist**, 36, 2009, 615–636.

AGAMBEN, G. **State of exception.** Chicago, IL: Chicago University Press, 2005.

BANKOFF, G. **Cultures of disaster:** Society and natural hazards in the Philippines. London, England: Taylor & Francis, 2003.

BRUNS, A.; BURGESS, J.; CRAWFORD, K.; SHAW, F. **#qlfd-loods and @QPSMedia:** Crisis communication on Twitter in the 2011 South East Queensland floods. Brisbane, Queensland, Australia: ARC Centre for Excellence for Creative Industries and Innovation, 2012.

BUCKINGHAM, D. Digital media literacies: Rethinking media education in the age of the internet. **Research in Comparative and International Education**, 2, 2007, 43–55.

COMPAINE, B. M. Information gaps. In: COMPAINE, B. M. (org.), **The digital divide:** Facing a crisis or creating a myth? Cambridge, MA: MIT Press, 2001, p. 105-118.

CONSTABLE, N. **Romance on a global stage.** Berkeley: University of California Press, 2005.

CRAWFORD, K.; FINN, M. The limits of crisis data: Analytical and ethical challenges of using social and mobile data to understand disasters. **GeoJournal**, 80, 2014, 491–502.

DiMAGGIO, P.; HARGITTAI, E.; NEUMAN, W. R.; SCHAFER, S. Digital inequality: From unequal access to differentiated use. In: NECKERMANN, K. (org.). **Social inequality.** New York, NY: Russell Sage, 2004, p. 355-400

FASSIN, D.; VASQUEZ, P. Humanitarian exception as the rule: The political theology of the 1999 Tragedia in Venezuela. **American Ethnologist**, 32, 2005, 382–405.

FOUNTAIN, C. Finding a job in the internet age. **Social Forces**, 83, 2005, 1235–1262.

HARGITTAI, E. Second-level digital divide: Differences in people's online skills. **First Monday**, 7, 2002.

HARGITTAI, E. The digital reproduction of inequality. In: GRUSKY, D. (org.). **Social stratification.** Boulder, CO: Westview Press, 2008, p. 936-944.

HARGITTAI, E.; HINNANT, A. Digital inequality: Differences in young adults' use of the internet. **Communication Research**, 35, 2008, 602–621.

HARGITTAI, E.; HSIEH, P. Digital inequality. In: DUTTON, W. (org.). **The Oxford handbook of Internet Studies.** Oxford, UK: Oxford University Press, 2013, p. 129-150.

HARGITTAI, E.; WELEJKO, G. The participation divide: Content creation and sharing in the digital age. **Communication, Information & Society**, 11, 2008, 239–256.

HARTMANN, C.; RHOADES, A.; SANTO, J. **Starting the conversation:** Information, feedback and accountability through communications with communities in post-Typhoon Philippines. Geneva, Switzerland: International Organization for Migration (IOM), 2014.

HELSPER, E. J. Gendered internet use across generations and life stages. **Communication Research**, 37, 2010, 352–374.

HORST, H.; MILLER, D. **The cell phone:** An anthropology of communication. Oxford, UK: Berg, 2006.

HUGHES, A.; PALEN, L. Twitter adoption and use in mass convergence and emergency events. **International Journal of Emergency Management**, 6, 2009, 248–260.

ITU. **The world in 2010.** Geneva: International Tele-

communication Union, 2010.

KLEIN, N. **The shock doctrine:** The rise of disaster capitalism. New York, NY: Penguin, 2007.

KLINENBERG, E. **Heat wave:** a social autopsy of disaster in Chicago. Chicago, IL: Chicago University Press, 2002.

THE ECONOMIST. Let us in: Mobile-money services, Agosto/2012. **The Economist.** Disponível em: < http://www.economist.com/node/21560878?src=scn/tw_ec/let_us_in>

LIVINGSTONE, S. Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. **Communication Review**, 7, 2004, 3–14.

MADIANOU, M. Migration and the accentuated ambivalence of motherhood: The role of ICTs in Filipino transnational families. **Global Networks**, 12, 2012, 277–295.

MADIANOU, M. Smartphones as polymedia. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 19, 2014, 667–680.

MADIANOU, M.; MILLER, D. **Migration and new media:** transnational families and polymedia. London, England: Routledge, 2012.

MADIANOU, M., MILLER, D. Polymedia: Towards a new theory of digital media in interpersonal communication. **International Journal of Cultural Studies**, 16, 2013, 169–187.

McKAY, D. **Global Filipinos.** Bloomington, IN: Indiana University Press, 2012.

MEIER, P. **Digital humanitarians.** London, England: CRC Press, 2015.

MURTHY, D. **Twitter.** Cambridge, UK: Polity, 2013.

MURTHY, D.; LONGWELL, S. Twitter and disasters: The uses of Twitter in the 2010 Pakistan floods. **Information, Communication & Society**, 16, 2013, 837–855.

NATIONAL Economic and Development Authority.

Reconstruction assistance on Yolanda (Government Report). Pasig, Philippines: National Economic and Development Authority, 2013.

NORRIS, P. **A virtuous circle:** Political communications in the post-industrial democracies. Cambridge, UK and New York, NY: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, P. **The democratic divide.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.

ONG, A. **Neoliberalism as exception.** Durham, NC: Duke University Press, 2006.

PALEN, L. Online social media in crisis events. **EDUCAUSE Quarterly**, 31, 2008, 76–78.

PALEN, L.; STARBIRD, K; VIEWEG, S; HUGHES, A. Twitter-based information distribution during the 2009 Red River Valley flood threat. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, 36(5), 2010, 13–17.

PARREÑAS, R. **Servants of globalization, women, migration and domestic work.** Stanford, CA: Stanford University Press, 2001.

PERTIERRA, R. **The anthropology of new media in the Philippines.** Manila, Philippines: Ateneo de Manila University Press, 2010.

RAFAEL V. (1990). Patronage and pornography: Ideology and spectatorship in the Marcos years. **Comparative Studies in Society and History**, 32, 1990, 282–304.

RAINIE, L.; WELLMAN, B. **Networked:** The new social operating system. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

RUSSELL, J. Philippines named social networking capital of the world. **Asian Correspondent**, 2011. Retrieved from <http://asiancor-respondent.com/54475/philippines-named-the-social-networking-capital-of-the-world-indonesia-malaysia-amongst-top-10/>

SCHRADIE, J. The digital production gap. **Poetics**, 39, 2011, 145–168.

SCHRADIE, J. The trend of class, race and ethnicity in social media inequality. **Information, Communication & Society**, 15, 2013, 555–571.

SENNETT, R.; COBB, J. **The hidden injuries of class**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1972.

SHAH, D. V.; CHO, J; EVELAND, W; KWAK, N. Information and expression in a digital age: Modeling internet effects on civic participation. **Communication Research**, 32, 2005, 531–565.

SHELLER, M. The islanding effect: Post-disaster mobility systems and humanitarian logics in Haiti. **Cultural Geographies**, 20, 2013, 185–204.

SOMERS, M. R. **Genealogies of citizenship: Markets, statelessness and the right to have rights**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

STARBIRD, K.; PALEN, L. Voluntweeters: Self-organizing by digital volunteers in times of crisis. **Proceedings of the ACM 2011 Conference on Human Factors in Computing Systems (CHI 2011)**, Vancouver, British Columbia, Canada, 2011.

STARBIRD, K.; DAILEY, D.; WALKEN, A. H.; LECHINE, T.; PAVIA, R; BOSTROM, A. Social media, public participation and the 2010 BP Deep Horizon oil spill. **Human and Ecological Risk Assessment**, 21, 2015, 605–630.

TIERNEY, K. From the margins to the mainstream? Disaster research at the crossroads. **Annual Review of Sociology**, 33, 2007, 503–525.

WORLD Bank. **Information and Communications for Development: Maximizing Mobile**. Washington, DC: World Bank, 2012.

WORLD Disasters Report. **Technology and the future of humanitarian action**. Geneva, Switzerland: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 2013.

Recebido_11 de dezembro de 2016

Aprovado_20 de janeiro de 2017